



Revista Contemporânea de Contabilidade
ISSN: 1807-1821
sensslin@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Rodrigues Martins, Alex Sandro; Costa Quintana, Alexandre; Silva Jacques, Flávia Verônica; Pias Machado, Daiane

O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande

Revista Contemporânea de Contabilidade, vol. 10, núm. 19, enero-abril, 2013, pp. 49-70
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76226206004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande

The social balance as an instrument for the information society: a study in the Universidade Federal do Rio Grande

Alex Sandro Rodrigues Martins

Especialista em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande

Técnico em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande

Endereço: Avenida Presidente Vargas, n° 285, apto 205, Bloco F2 - Condomínio Village Center - Bairro: São Paulo

CEP: 96202-336 – Rio Grande/RS – Brasil

E-mail: colorado.gaucho2006@hotmail.com / alexmartins@furg.br

Telefone: (53) 8449-8169 e 9144-5010 - Comercial: (53) 3233-6692

Alexandre Costa Quintana

Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo

Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande

Endereço: Rua Chefe Carlos Araújo, n° 166 - Cassino

CEP: 96206-210 – Rio Grande/RS – Brasil

E-mail: quintana@vetorial.net

Telefone: (53) 9945-2132

Flávia Verônica Silva Jacques

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande

Endereço: Av. Itália km 8, Bairro Carreiros

CEP: 96200-000 – Rio Grande/RS – Brasil

E-mail: fvjacques@yahoo.com.br

Telefone: (53) 3233-6500

Daiane Pias Machado

Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande

Endereço: Av. Itália km 8, Bairro Carreiros

CEP: 96200-000 – Rio Grande/RS – Brasil

E-mail: daianepiasmachado@yahoo.com.br

Telefone: (53) 3233-6500

Artigo recebido em 24/12/2011. Revisado por pares em 17/10/2012. Reformulado em 23/12/2012. Recomendado para publicação em 05/02/2013 por Sandra Rolim Ensslin (Editora Científica). Publicado em 30/04/2013.

Resumo

A responsabilidade social e ambiental ganhou destaque no século XX, sendo promovidos inúmeros estudos por parte das mais diversas áreas do conhecimento. O escopo do estudo abrange o Balanço Social. O objetivo é analisar a aplicabilidade do Balanço Social em Instituição de Ensino Superior, desenvolvido a partir do modelo estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Em termos metodológicos é um estudo descritivo, com análise documental e abordagem qualitativa. Nos resultados da análise do Balanço Social, ficou evidenciado que a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) está se expandindo, mas deve tomar cuidado com as necessidades acessórias.

Palavras-chave: Balanço Social. Responsabilidade Social. Universidade Pública.

Abstract

The social and environmental responsibility gained importance due to the numerous studies from various fields of knowledge. The scope of study covers the “social balance”. The aim is to analyze the applicability of the social balance in Higher Education Institution, developed from the original model established by the “Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas” (IBASE). In methodological terms is a descriptive study with qualitative approach and document analysis. In the results of the analysis of the social balance, it became evident that the Federal University of Rio Grande (FURG) is expanding, but must take care of the needs accessory.

Keywords: Social Balance. Social Responsibility. Public University.

1 Introdução

Em decorrência de inúmeros movimentos sociais em favor da sustentabilidade, questões relacionadas à responsabilidade social e ambiental ganharam destaque neste último século, promovendo inúmeros estudos por parte das mais diversas áreas do conhecimento. Nesse aspecto, observa-se o envolvimento de toda a sociedade na busca por caminhos que desenvolvam e indiquem soluções nesse processo.

Essa tônica é descrita por Cavalcanti (2006), ao afirmar que, mesmo o bem-estar social sendo um dever do Estado, por ser um direito do cidadão, a participação dos outros atores é sempre bem-vinda. Toda a sociedade tem responsabilidade social para o efetivo cumprimento da norma constitucional, por isso, a promoção da justiça social passa a ser um dever moral de pessoas físicas ou jurídicas.

Observa-se que as entidades socialmente responsáveis, orientadas por valores éticos e de cidadania, têm procurado contribuir para alcançar esses deveres previstos na Carta Magna, como forma de atender aos anseios da sociedade e garantir seu próprio desenvolvimento.

O fruto da cidadania, a responsabilidade social, tempra a lógica da maximização dos lucros corporativos, ou seja, não basta apenas focar nos resultados positivos, deve-se também contribuir com o meio onde estão inseridas (SROUR, 2003).

As instituições públicas, mesmo que não foquem os lucros, também devem estar atentas à preservação do meio ambiente, porque esses órgãos contribuem com a sociedade na promoção do seu bem-estar e desenvolvimento social e ambiental. Nesse contexto, as universidades públicas apresentam-se como agente de formação profissional nas diversas áreas do conhecimento. De acordo com Serra Negra, Teixeira e Carmo (2001), as ações das instituições de ensino, sejam elas privadas ou públicas, devem estar relacionadas com a responsabilidade social e com o bem-estar da sociedade.

Como auxílio nesse processo de evidenciação de informações sociais, a ciência contábil possui papel relevante na prestação de contas à sociedade. Segundo Vasconcelos e Viana (2002, p. 26), “é crescente a demanda por informações de ordem não financeira, fator que denuncia a preocupação da sociedade pelo contexto dos números e a necessidade de se buscar formas adequadas e complementares de evidenciar a informação gerada pela Contabilidade”.

É nesse sentido que surge o Balanço Social (BS), com o intuito de demonstrar as relações da entidade com os seus colaboradores, com a comunidade e com o meio ambiente. Dessa forma, as informações geradas pelo Balanço Social, peça elaborada com base nas informações da Contabilidade, torna-se possível a evidenciação do desenvolvimento social de órgãos públicos e de empresas.

Tratando de uma abordagem histórica, verifica-se a pesquisa de Martins, Bernardo e Madeira (2002) que relatam a trajetória do BS no Brasil até a adoção das companhias em 2002. Verifica-se, pelos relatos da pesquisa, que o tema vem sendo discutido no País desde a década de 1960, recebendo maior projeção apenas nos anos 1990, por meio de leis, projetos de leis e ampla discussão nos meios político, social e empresarial.

Especificamente sobre a aplicação de BS em Instituições de Ensino Superior, tem-se o estudo de Serra Negra, Teixeira e Carmo (2001) que sugeriram um modelo de BS adaptado às Instituições de Ensino Superior, na época considerado inovador. Na área pública, observam-se estudos como de Peixe e Becker (2005), Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008) entre outros. Estudos mais recentes, como o de Bufoni, Muniz e Ferreira (2009), tratam de Contabilidade Social Corporativa, em uma de suas formas mais conhecidas, preferidas e utilizadas: o Balanço Social. Andrade, Gosling e Xavier (2010) analisam o conteúdo publicado no balanço social de empresas brasileiras. Já Silva, Oliveira, Araújo e Bulgarim (2011) analisam as etapas e dificuldades na elaboração do BS por uma OSCIP – organização não governamental. Num contexto internacional, destacamos os estudos de Elorriaga (2001), Ribas Bonet (2001), Spear (2001), Izquierdo e Granaña (2005), Ors (2008), Guerrero e Sandoval (2011).

Diante desse contexto, este estudo tem como alvo a Contabilidade e o reflexo dela na sociedade e no meio ambiente, abrangendo pontos que podem ajudar no crescimento econômico e no processo de conscientização da preservação do meio ambiente, mais especificamente no setor público.

O escopo do estudo abrange o Balanço Social, pois essa ferramenta contábil configura-se como um instrumento útil na geração de informações para o processo decisório dos governos, em todas as suas esferas (federal, estadual e municipal), trazendo benefícios tanto aos futuros investimentos como aos atuais, e evidenciando a Responsabilidade Social das

organizações públicas. Nesse sentido, a questão de pesquisa é: O Balanço Social é um instrumento de informação contábil aplicável a uma Instituição de Ensino Superior? Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar a aplicabilidade do Balanço Social em Instituição de Ensino Superior, desenvolvido a partir de uma estrutura originada no modelo estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), no período de 2009 e 2010, evidenciando os principais resultados. Os objetivos específicos têm a finalidade de proporcionar dados suficientes para esclarecer as devidas ilações e são os seguintes: (i) Elaborar o Balanço Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); (ii) Analisar as informações contidas no Balanço Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); e, (iii) Evidenciar e analisar a evolução da Universidade no contexto do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni.

Essa pesquisa se constitui numa oportunidade de se observar como o Balanço Social está sendo desenvolvido pela administração pública. Os seus resultados podem indicar o atual nível de evidenciação social no ambiente universitário, e assim possibilitar futuros estudos nesse campo.

2 Responsabilidade Social

De acordo com Serra Negra, Teixeira e Carmo (2001), a Responsabilidade Social (RS) teve seu início nos Estados Unidos, onde a guerra do Vietnã, durante o governo Nixon, gerou profunda insatisfação popular, fazendo com que a sociedade manifestasse e reprovasse tal litígio. Contudo, foi somente na década de 1960 que as grandes organizações americanas começaram a apresentar anualmente relatórios descrevendo sua política social. Atualmente, os relatórios econômicos sociais, chamados *social audit*, possuem uma conotação mais ampla, voltada basicamente para o ambiente externo, ou seja, a satisfação dos seus *stakeholders*.

No contexto atual, segundo Passador (2002), as empresas não podem apenas visualizar o lucro, é necessário que elas baseiem sua atuação nos princípios éticos elevados e na busca de qualidade em suas relações, sendo isso uma forma de manifestar a sua preocupação pela responsabilidade social e consequentemente criando uma nova imagem para seus usuários.

Conforme Kreitlon (2004), a responsabilidade social da empresa perante seus interessados está fundamentada nos conceitos amplos de ética e de ética nos negócios, os quais são a base do comportamento moral, do julgamento do que é certo e o que é errado e dos padrões de conduta em uma sociedade.

As organizações, de acordo com Passador (2002), já começaram a colocar em prática o conceito de Responsabilidade Social nos seus negócios, os defensores dessa posição alegam que o comportamento socialmente responsável é fator diferencial que ajuda a construir e a consolidar a marca empresarial, representando um investimento para a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo.

Segundo Oliveira (2004), a empresa cidadã (que adere a padrões de responsabilidade social) é aquela que possui capacidade de ouvir os interesses dos seus *stakeholders*, buscando incorporá-los ao planejamento de suas atividades e procurando, assim, atender à necessidade de todos. É importante destacar que a ética empresarial é a base primordial dessa empreitada, já que expressa os princípios e valores declarados pela organização. O termo Responsabilidade Social nada mais é do que o comprometimento do empresário com a adoção

de um comportamento que contribua para o desenvolvimento econômico, atuando como agente social no processo de desenvolvimento sustentável.

Responsabilidade Social, sob o foco da empresa, representa a decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região onde está localizada e reduzir os possíveis danos ambientais decorrentes da atividade que exerce (BALDO, 2002).

Com essa mesma tônica, o governo do estado do Rio Grande do Sul, por meio da Lei n. 11.440/00, instituiu o Certificado de Responsabilidade Social para as empresas e entidades que apresentarem seu Balanço Social (BS) e que atingirem a pontuação mínima estabelecida pelo prêmio. O art. 2º da referida Lei ressalta que o BS, para ser avaliado para futura obtenção do certificado Responsabilidade Social, deverá ser assinado por contador ou técnico em Contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional. Também afirma que os dados financeiros constantes no BS deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Na Itália, de acordo com D'Amore (2008) *apud* Criscuolo (2010), os sistemas informativos da administração pública possuem alguns elementos de grande relevância na visão contábil voltada para o aspecto social e são eles:

- a) Reforço e amplificação do conceito de *accountability*;
- b) Passagem dos modelos de *Public Government* aos modelos de *Public Governance*;
- c) Inadequação das Demonstrações Contábeis Tradicionais.

As instituições públicas em certos aspectos podem ser comparadas com as empresas privadas e, nesse tocante, o citado por Capra (1989) *apud* Callenbach (1993) pode ser usado para definir as entidades como sistemas vivos cuja compreensão não é possível apenas pelo prisma econômico e não podem ser controladas exclusivamente por intervenção direta; todavia são influenciadas pela transmissão de orientações de impulsos externos com um estilo de administração conhecido como Administração Sistêmica.

De acordo com Medeiros Júnior (2004), a Responsabilidade Social significa um compromisso das organizações com o comportamento ético. Nessa perspectiva, as universidades públicas, possuem um papel relevante na construção de uma nova consciência global. No início dessa década, as universidades estavam voltadas quase que exclusivamente para a transmissão do conhecimento, hoje, o que se observa é a inserção dessas instituições em assuntos voltados não só à comunidade acadêmica, mas à comunidade em seu entorno. Com essa preocupação, Ashley (2002, *apud* MEDEIROS JUNIOR, 2004) considera que, hoje em dia, as organizações precisam estar atentas não só às suas responsabilidades econômicas e legais, mas também às suas responsabilidades éticas, morais e sociais.

A administração pública, de acordo com o portal do Ministério do Meio Ambiente, também é consumidora e usuária de recursos naturais; tem papel estratégico na promoção e na indicação de novos padrões de produção e de consumo, devendo ser exemplo na redução de impactos socioambientais negativos gerados pelas suas atividades.

Por isso, o Ministério criou o Programa A3P em 1999, com o intuito de ajudar no processo de sustentabilidade do planeta e estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada de resíduos. Esse mecanismo criado é uma agenda ambiental o qual se fundamenta nas recomendações do capítulo IV da Agenda 21, que insere critérios socioambientais nas atividades dos órgãos públicos dos poderes executivos, legislativo e judiciário, das esferas federal, estadual e municipal.

O objetivo principal da A3P é “estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras” (MMA, 2009). A A3P utiliza como princípios a política dos 5 Rs: Repensar, Reproduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar. Considerando-se a importância de que as instituições públicas sejam exemplo na redução de impactos socioambientais negativos, a A3P foi estruturada em cinco eixos temáticos prioritários, descritos na Figura 1.

Figura 1 - Eixos prioritários da A3P



Fonte: Cartilha A3P (2009, p. 36).

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é uma ação voluntária proposta pelo MMA e tem sido implementada por diversos órgãos e instituições públicas das três esferas do governo no âmbito dos três poderes (MMA, 2011).

Sendo assim, as Instituições de Ensino Superior tem uma importante participação nas novas relações entre política educativa e política de desenvolvimento a fim de reforçar as bases do saber e do saber-fazer nos países em desenvolvimento, em especial.

Conforme CRC RS (2009), a Universidade é um agente que não está isolado, porque existe uma conexão com o ambiente externo em que um conjunto de interessados ao seu redor, busca, cada um, ao exercer o seu papel, dinamizar o processo de desenvolvimento organizacional. Esse conjunto é conhecido internacionalmente como *stakeholders* ou partícipes, os quais influenciam e sofrem influência da entidade. Pode-se destacar:

- O colaborador, que motivado e engajado, gera maior produtividade para a empresa;
- O fornecedor, que deve receber um preço justo pela venda de seus produtos, alcançando um desempenho melhor, garantindo a continuidade da parceria;
- O cliente, que compra um produto com qualidade, preço adequado e com entrega no prazo contratado. Assim permanecerá fiel pelo atendimento de suas necessidades e expectativas;
- O meio ambiente, que supre a empresa com recursos naturais necessários para o desenvolvimento de suas atividades, sendo que estes recursos devem estar colocados à sua disposição dentro das melhores condições possíveis, evitando-se custos desnecessários para sua adequação ao uso e ao consumo [...]; e
- A gestão administrativa, que estabelece as políticas da entidade [...].

Dessa forma, espera-se que as Universidades atendam às necessidades de seus usuários internos (acadêmicos, funcionários, entre outros) e externos, quanto à execução de ações sociais que agreguem valor. Para tanto, a utilização do Balanço Social apresenta-se como uma alternativa para evidenciar essas ações, de forma a prestar contas à sociedade.

2.1 Balanço Social

Com o desenvolvimento da economia mundial surgiram novos anseios da sociedade em geral, que passou a exigir certos padrões de qualidade e responsabilidade social e ambiental, fazendo com que as empresas implementassem alternativas para atender a essas demandas. Segundo Azevedo e Cruz (2006), esses dados, até então consideradas irrelevantes, passam a contribuir para o desenvolvimento sustentável, utilizando como instrumento para divulgar essas informações o Balanço Social (BS), no qual é possível apurar as relações da entidade com os seus colaboradores, com a comunidade e com o meio ambiente.

Conforme Criscuolo (2010), o BS surgiu como um instrumento de medida da responsabilidade social e de comunicação das informações não necessariamente econômicas, mas principalmente sociais e ambientais.

De acordo com Oliveira (2004), o Balanço Social é o demonstrativo pelo qual a empresa apresenta informações que permitem identificar seu perfil da atuação social durante um período; a qualidade de suas relações com os empregados; o cumprimento das cláusulas sociais; a participação dos seus colaboradores nos resultados econômicos da organização e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Mazzoni, Tinoco e Oliveira (2007) ressaltam que o Balanço Social é utilizado pela Contabilidade no intuito de fornecer aos seus usuários informações mais úteis, fidedignas e equitativas, de natureza social, que revelam a responsabilidade das organizações perante a sociedade e permitem avaliar os efeitos das atividades empresariais sobre o meio ambiente onde atuam. O BS complementa o sistema de informação contábil, permite aos *stakeholders* conhecer a atuação social da entidade, seu posicionamento perante a comunidade e o meio ambiente, bem como o seu relacionamento com os empregados. Pode-se definir o Balanço Social como um conjunto de informações de base contábil, gerencial, econômica e social capaz de proporcionar uma visão sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade.

No mundo anglo-saxônico, Viviani (1999, *apud* CRISCUOLO, 2010) afirma que o Balanço Social teve seu desenvolvimento ligado à afirmação do paradigma da *Corporate Social Responsibility (CRS)*; e na Itália, esse relatório difunde-se primeiro nas empresas públicas e no mundo cooperativo e associativo.

Segundo Soares et al. (2009), o BS não é obrigatório no Brasil, mas é vital para qualquer instituição que queira se firmar num mundo competitivo dos negócios, por se tratar de um instrumento ético e responsável, além de agregar valor ao divulgar a marca da empresa juntamente com esses conceitos.

As empresas brasileiras se utilizam de três modelos de Balanço Social para divulgar seus investimentos sociais: os modelos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o modelo do Instituto Ethos e o *Global Reporting Initiative (GRI)*.

De acordo com Aragão (2010), a publicação do BS por parte das organizações, sem a sua obrigatoriedade, torna-se uma ação de responsabilidade social, bem como uma maior

predisposição de participação dos envolvidos. Tão importante quanto a discussão sobre a obrigatoriedade da apresentação do BS é a disseminação na sociedade do interesse em analisar esses demonstrativos e utilizá-lo como fonte de conhecimento da atuação ética da empresa frente aos anseios do meio onde está inserida.

De acordo com Serra Negra, Teixeira e Carmo (2001), as Instituições de Ensino Superior não devem apenas estar voltadas para a educação, mas devem também demonstrar a sua preocupação pelas questões sociais e ambientais. Uma alternativa para as Universidades evidenciarem esses aspectos é por meio da elaboração e divulgação do Balanço Social.

Salienta-se que ainda não existe um modelo de BS para as instituições públicas, em especial as IES. De acordo com CRC RS (2009), na Administração Pública, é indispensável que exista a *accountability*. Quando se fala nesse termo, existe uma vinculação natural com a prestação de contas, controle e transparência, pelo próprio sentido do termo e pela relevância que possui nas relações econômicas e políticas. A *accountability* é um importante elemento de governança que envolve responsabilidade por decisões e ações, frequentemente para prevenir o abuso de poder e outras formas de comportamento inapropriado por parte dos gestores.

A nova gestão pública inicia com a promulgação da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), em que seus princípios buscam o resgate da cidadania e a reorientação para resultados. Esse controle não pode se limitar apenas à dimensão interna, com base em quem presta o serviço, mas deve ser na mesma perspectiva de quem usa ou se beneficia da prestação dos serviços públicos.

Com esse propósito, conforme Pires (2009), o Balanço Social configura-se como uma alternativa adicional para o controle social da gestão pública. Afirma ainda que o BS pode ser usado como um *marketing* político e, por isso, deve-se desenvolver uma visão crítica do que está sendo informado.

Conforme Criscuolo (2010), no contexto da gestão pública, visando à prestação de contas no aspecto social e ambiental, o princípio da transparência se apresenta como um dos pressupostos da gestão pública responsável e tem sua relevância reconhecida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Nesse sentido, a transparência das contas públicas considera três elementos básicos: publicidade, comprehensibilidade e utilidade para decisões. O Balanço Social se apresenta, conforme Criscuolo (2010), como elemento de impulsão do controle da gestão pública, bem como da transparência, considerando sua publicidade, comprehensibilidade e de utilidade na tomada de decisão. As informações do BS favorecem a definição de padrões de referência para a avaliação das prestações de contas e constitui um mecanismo de coordenação utilizado pelas administrações locais para favorecer e potencializar as relações com os agentes externos e titulares de funções e serviços públicos. Todas essas ações descritas são voltadas para tentar amenizar, e em muitos casos prevenir, futuros problemas que os órgãos públicos podem gerar devido às suas atividades. As Universidades, nesse ponto, podem dar a sua contribuição e, ao mesmo tempo, prestar informações sobre suas ações sociais e ambientais utilizando o Balanço Social.

2.1.1. Revisão de Estudos sobre BS

Pesquisas sobre Balanço Social vêm sendo desenvolvidas nas mais diversas áreas do conhecimento. Tratando de uma abordagem histórica, verifica-se a pesquisa de Martins, Bernardo e Madeira (2002) em que relata a trajetória do BS no Brasil até a adoção das

companhias em 2002. Verifica-se, pelos relatos da pesquisa, que o tema vem sendo discutido no País desde a década de 1960, recebendo maior projeção apenas nos anos 1990, por meio de Leis, Projetos de Leis e ampla discussão no meio político, social e empresarial.

Especificamente sobre a aplicação de BS em instituições de ensino superior, tem-se o estudo de Serra Negra, Teixeira e Carmo (2001) que sugeriram um modelo de BS adaptado às Instituições de Ensino Superior, na época considerado inovador. Na área pública, observam-se estudos como de Peixe e Becker (2005) que buscaram comparar os critérios que balizaram os Balanços Sociais das prefeituras municipais de São José-SC e de Florianópolis-SC no exercício 2001. Constatou-se, nesta pesquisa, que essas prefeituras praticaram, em linhas gerais, metodologia semelhante na confecção de seus Balanços Sociais, sendo as principais diferenças encontradas na forma de evidenciar as atitudes sociais nos indicadores e respectivos pesos utilizados nas pesquisas de avaliação da satisfação. Já Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008) discutem, em sua pesquisa, uma proposta de Balanço Social aplicado ao setor público municipal como ferramenta de transparência de suas ações. Constatou-se que o modelo proposto no estudo traz uma série de informações reunidas em um só relatório, evidenciando as ações do setor público voltadas aos seus servidores, à comunidade e ao meio ambiente, podendo ser considerado um eficiente instrumento de transparência da gestão governamental. Estudos mais recentes, como o de Bufoni, Muniz e Ferreira (2009), tratam de Contabilidade Social Corporativa em uma de suas formas mais conhecidas, preferidas e utilizadas: o Balanço Social. O objetivo da pesquisa era a análise da eficácia do processo de certificação da Empresa Cidadã, promovida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro [CRC/RJ], que teve por objetivo "elevar a qualidade e a transparência dos relatórios sociais publicados e incentivar a realização de balanços sociais pelas organizações". Conclui-se que, apesar da melhoria contínua, da consolidação do processo, da sofisticação e da tecnicidade e abrangência, o processo ainda se encontra distante de alcançar os objetivos de influenciar as decisões dos gestores e modificar o comportamento das instituições sobre investimentos dessa natureza. Andrade, Gosling e Xavier (2010) analisam o balanço social de empresas brasileiras. O framework da análise embasa-se no conteúdo publicado do instrumento (balanço social) ao longo de dois anos. As unidades de análise são duas grandes empresas do setor siderúrgico de Minas Gerais. Como resultado da pesquisa, tem-se que, apesar de o discurso das empresas basear-se em razões éticas para investir em Responsabilidade Social Corporativa, a motivação real é o reforço da marca e do posicionamento corporativo. Ferreira, Britto e Lucena (2010) apresentam um perfil dos artigos sobre balanço social publicado nos anais do congresso USP - Controladoria e Contabilidade, de 2001 a 2006. Os resultados mostram que a UFRJ foi a instituição que mais publicou sobre o assunto. Dos métodos utilizados, 66% foram do tipo pesquisa exploratória. Quanto às referências bibliográficas, verificou-se que 90% das fontes de informação sobre as pesquisas são nacionais. Já Silva, Oliveira, Araújo e Bulgarim (2011) analisam as etapas e as dificuldades na elaboração do BS por uma OSCIP – organização não governamental. Os resultados mostram que existem dificuldades, principalmente em relação à coleta de dados das informações necessárias para a realização do trabalho por falta de tempo dos colaboradores, apesar de eles demonstrarem interesse na conclusão do trabalho.

Na literatura internacional, observam-se estudos, como o de Elorriaga (2001), que analisa o balanço social como um conceito que deriva da responsabilidade social empresarial. O autor faz um breve histórico da introdução desses dois conceitos, além de discutir fatores que reforçam o interesse nesses assuntos. A pesquisa apresentou a proposta de um modelo

específico de BS para cooperativas, com base na avaliação da sua identidade e de princípios cooperativos. Constatou-se que o modelo proporciona um meio prático de se tratar a informação social nesse tipo de empresa. Ribas Bonet (2001) aponta a conveniência da utilização do Balanço Social por entidades não lucrativas (com fins sociais). O estudo oferece exemplos de indicadores aplicáveis à evolução de determinados aspectos próprios dessas instituições e analisa as informações sociais elaboradas por algumas dessas organizações para ver se estão de acordo com o conceito de BS. Conclui-se que a utilização do BS por esse tipo de instituição é bastante positiva e útil para gerar informações de ordem interna e externa. Já a pesquisa de Spear (2001) aborda conceitos de Balanço Social e auditoria social, analisando as práticas de diferentes instituições (lucrativas e não lucrativas). Como resultados de sua pesquisa, conclui que para cooperativas e organizações voluntárias, o uso de auditoria social apresenta duas principais vantagens: enfatizar sua diferença ética e reafirmar sua vantagem.

A pesquisa de Izquierdo e Granaña (2005) têm uma visão retrospectiva das origens da responsabilidade social, abordando os diversos modelos propostos ao longo dos anos, que lançaram as bases das iniciativas existentes atualmente. Simultaneamente apresenta iniciativas atuais e análise de indicadores permitindo avaliar o comportamento social de empresas. Os resultados do estudo indicaram que o Balanço Social deve ter como objetivo principal medir o grau de responsabilidade social de uma entidade e ainda possibilitar a avaliação dessa informação.

Ors (2008) aponta as diferenças substanciais entre o Relatório Anual e o Balanço Social das empresas. Tem-se pelo estudo que o Relatório Anual de hoje teve um papel hegemônico na comunicação da responsabilidade corporativa, desperdiçando grandes oportunidades oferecidas pelo Balanço Social sobre rigor e análise factual das organizações públicas e privadas.

Por fim, destaca-se a pesquisa de Guerrero e Sandoval (2011) cujo objetivo principal é desenvolver um modelo de Balanço Social para micro e pequenas empresas localizadas ao norte da cidade de Bogotá. Os resultados mostram que 75% das micro e pequenas empresas pesquisadas não sabem da existência ou da utilidade do BS. Ainda, identificaram-se as razões pelas quais as empresas não utilizam o BS, tais como a falta de recursos financeiros e de apoio público.

2.2 Universidade Federal do Rio Grande – FURG

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) teve início na fundação de uma Escola de Engenharia em Rio Grande, justificada pelo elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que já existia na cidade naquela ocasião. Com a referida Escola, surgiu a necessidade de uma entidade mantenedora, aos moldes exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, ou seja, por meio de uma Fundação de Ensino Superior. No dia 8 de julho de 1953, foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande. Em 21 de outubro de 1969, foi aprovado pelo Decreto n. 65.462 o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, como entidade mantenedora da FURG, sendo nomeado para Reitor o Prof. Adolpho Gundlach Pradel (FURG, 2012).

A partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, a FURG passou por um grande avanço, tanto em número de alunos, como também pelo crescimento de sua infraestrutura. O Reuni tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de

medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão em 2012. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no País (MEC, 2012).

O Reuni foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Com esses investimentos do governo federal fica mais evidente o papel das Universidades na vida de todos os cidadãos brasileiros.

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois, segundo Silva (2006), seu objetivo principal é descrever as características de uma população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. Dessa forma, o trabalho proporciona uma visão mais ampla do problema, por meio da descrição das informações geradas pelo Balanço Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Quanto aos procedimentos, é uma pesquisa documental, pois analisa a documentação da Instituição. Silva e Grigolo (2002) explicam que essa técnica consiste em selecionar, tratar e interpretar a informação bruta para depois tentar extrair conclusões que possam ser úteis para o estudo.

A abordagem dessa pesquisa é essencialmente qualitativa, pois, segundo Martins e Theóphilo (2009), na pesquisa qualitativa, as grandes quantidades de dados são divididas em unidades menores e, em seguida, reagrupadas em categorias que se relacionam entre si. Nesse caso, as informações do Relatório de Gestão foram reagrupadas no formato do Balanço Social para a efetiva análise dos dados.

A coleta de dados foi baseada na técnica da pesquisa levantamento na qual, segundo Silva (2006), os dados são obtidos em uma dada população com base em um grupo selecionado de forma clara e direta, dos quais se pretende conhecer o comportamento. Nesta pesquisa, os dados necessários para a elaboração do Balanço Social foram obtidos no relatório de gestão da Instituição objeto desse estudo.

A amostra definida foi por acessibilidade ou conveniência que, segundo Beuren (2006), é um tipo de amostragem em que o pesquisador obtém os dados a que tem mais facilidade de acesso. Nesse caso, foi escolhida a FURG, com a análise de seu Balanço Social desenvolvido a partir de uma estrutura originada no modelo IBASE, no período de 2009 a 2010. A escolha desse período é decorrente do acesso às informações, pois as informações dos períodos anteriores não se encontram disponíveis da forma como seria necessário para este estudo.

4 Análise e Discussão dos Resultados

No Quadro 1, apresenta-se um resumo do Balanço Social da Universidade Federal do Rio Grande, para que seja possível proceder a algumas análises sobre suas informações.

Quadro 1 - Resumo das Informações do Balanço Social da FURG em 2009 e 2010

Rubricas contábeis	2010	2009
FONTES DE RECURSOS		
Tesouro	298.922.941	253.913.254
Outras fontes	3.312.221	1.908.560
DESCENTRALIZAÇÕES		
Custeio	25.331.672	27.341.857
Capital	12.471.062	12.769.134
Pessoal	-	1.346.852
INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		
Alimentação	977.845	536.235
Folha de pagamento	225.797.283	193.242.233
Transporte	673.652	430.024
Moradia	303.616	133.830
Passagens	623.987	639.130
Serviço terceirizado	7.936.854	4.733.963
Estagiários	1.256.358	-
Diárias	885.884	1.149.851
INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		
Número de docentes	647	544
Número de técnicos administrativos	661	600
Número de terceirizados	364	237
FURG E SEUS CURSOS		
GRADUAÇÃO		
Número de cursos	53	47
Número de cursos à distância	2	2
PÓS-GRADUAÇÃO		
Curso de doutorado presencial	8	8
Curso de mestrado presencial	17	15
Curso de especialização presencial	13	15
Curso de especialização a distância	8	-
Programa de residência médica presencial	9	9
FURG E SEUS ESTUDANTES		
GRADUAÇÃO		
Vagas	2.381	2.066
PÓS-GRADUAÇÃO		
Vagas	1.808	1.196
BOLSAS CURSOS STRICTO SENSU		
Utilizadas	402	306
PESQUISA		
Projetos cadastrados	389	498
Projetos em andamento	750	-
Artigos publicados	445	408
Artigo aceito para publicação	205	-
Trabalho congresso completo	385	291

Trabalho congresso resumos	730	-
Capítulo de livro	155	93
Livro	52	39
PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA		
Inscritos	400	181
Aprovados	259	147
BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA		
Total de bolsas	291	147
SUBPROGRAMA ALIMENTAÇÃO		
Alunos contemplados	3.761	2.686
TICKET ALIMENTAÇÃO DISTRIBUÍDOS		
CAMPUS Carreiros	3.420	2.132
CCMAR	572	530
SUBPROGRAMA DE TRANSPORTES		
Alunos atendidos	1.207	833
Total vales-transportes distribuídos	298.350	198.642
CASA DO ESTUDANTE		
Alunos contemplados	96	96
INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE		
Área física - evolução da área construída m ²	109.890	107.090
DEMONSTRATIVO DAS ÁREAS DE TERRENO M²		
Próprios da FURG	2.837.684	2.465.269
Cedidos à FURG	456.644	458.566
FROTA OCEANOGRÁFICA		
EMBARCAÇÕES		
Número de saídas	590	189
Número de dias no mar	1.154	348
NÚCLEO DE INFORMAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO – NID		
LIVROS		
Empréstimos	386.510	268.546
Consulta	50.396	50.172
PERIÓDICOS		
Consulta	2.065	2.161
ACERVO DISPONÍVEL		
Livros – títulos	50.313	54.396
Livros – exemplares	120.550	119.174

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise dos resultados, fez-se uma síntese das informações extraídas do BS da FURG para que as conclusões fossem mais precisas e coesas. O Balanço Social da FURG apresentou uma gama de informações que podem servir como base para diversos outros estudos em diferentes áreas. Na pesquisa realizada para a elaboração deste demonstrativo, não foi possível verificar se a Universidade possui algum programa específico voltado para a conservação e preservação do meio ambiente. Os dados evidenciados neste estudo podem, no futuro, servir como base para essa Instituição criar ou otimizar as suas políticas sociais e ambientais.

A Tabela 1 mostra a receita e despesa da Universidade, nos exercícios 2009 e 2010.

Tabela 1 – A Evolução Receitas x Despesas, em 2009 e 2010

PERÍODO	RECEITA	DESPESA
2009	297.279.657	200.865.266
2010	340.037.896	238.455.479

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 1, em 2009, 67,57% do valor da receita recebida foram destinados ao pagamento de despesas relacionadas com a manutenção do *campus*. Os recursos recebidos das descentralizações são direcionados para subsidiar projetos de pesquisas já existentes ou a criação de novos, e, consequentemente com o crescimento da Instituição, os recursos advindos do Tesouro terão aumento como se percebe pela evolução na Tabela 1.

Já no ano seguinte, esse percentual aumentou para 70,01%, e isso comprova que a Universidade a cada ano está evoluindo e os gastos também estão acompanhando, assim como a receita que, de 2009 para 2010, apresentou um crescimento de 14,38%.

A Tabela 2 demonstra a receita e despesa de maior relevância no orçamento da Universidade.

Tabela 2 – Receita x Despesas por nível de relevância, em 2009 e 2010

PERÍODO	RECEITA TOTAL	RECEITA COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE	DESPESA TOTAL	DESPESA COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE
		FONTE DO TESOURO		FOLHA DE PAGAMENTO
2009	297.279.657	255.821.814	200.865.266	193.242.233
2010	340.037.897	298.922.941	238.455.479	225.797.283

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que, em 2009, 85% das fontes de recursos recebidas pela FURG originaram-se do Tesouro, ou seja, diretamente do governo federal, e, em 2010, esse percentual aumentou para 88%. Em relação às despesas no ano de 2009, 96% do total das despesas foram direcionados para gastos com pessoal, e, em 2010, observa-se uma pequena redução nessas despesas em 1%.

Outro ponto a ser ressaltado é em relação aos valores totais recebidos por essa Instituição. No ano de 2009, 15% foram repassados por meio de descentralizações, ou seja, a FURG recebeu recursos do orçamento de outros órgãos e não diretamente do orçamento geral da União, o que pode ser reflexo de projetos de pesquisas realizados por docentes ou técnicos que promovem a captação de novos recursos além dos já destinados pelo governo federal no momento da elaboração do orçamento da Universidade. Esse percentual, no ano seguinte, teve uma redução para 12%.

A Tabela 3 mostra a evolução do número de cursos de graduação e pós-graduação da FURG.

Tabela 3 – Quantidade de cursos da FURG, por graduação e pós-graduação, em 2009 e 2010

PERÍODO	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
2009	47	50
2010	53	55

Fonte: Dados da pesquisa

Acompanhando a expansão da Universidade, tanto os cursos de graduação como os de pós-graduação apresentaram um crescimento de 12%, e 10%, respectivamente, e isso evidencia a aplicação dos recursos recebidos na criação de novos cursos e a manutenção dos já existentes.

O Tabela 4 mostra a evolução no número de vagas ofertadas nos cursos de graduação e pós-graduação da FURG.

Tabela 4 - Quantidade de vagas nos cursos da FURG, por graduação e pós-graduação, em 2009 e 2010

PERÍODO	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
2009	2.066	1.196
2010	2.381	1.808

Fonte: Dados da pesquisa

Tanto as vagas oferecidas para alunos da graduação como para alunos da pós-graduação tiveram um aumento de 15,24% e 51,17%, respectivamente. Nota-se que esse crescimento está se refletindo na expansão do ensino e oportunizando a um número de pessoas o acesso à educação superior e à especialização.

A Tabela 5 mostra a evolução das vagas ofertadas para a pós-graduação, bem como dos candidatos à sua ocupação e os efetivamente ingressantes na instituição.

Tabela 5 – Vagas de Pós-Graduação, em 2009 e 2010

PERÍODO	VAGAS	INSCRITOS	INGRESSANTES	DIPLOMADOS
2009	1.196	2.020	1.112	343
2010	1.808	2.765	1.604	346

Fonte: Dados da pesquisa

No ensino de pós-graduação, verificou-se que houve um aumento acima de 30% nos quesitos vagas, inscritos e ingressantes; mas, no fator diplomados, não houve um aumento proporcional ao número de vagas ofertadas, o que se justifica pelo fato de que, nesse aspecto, torna-se necessário que os ingressantes completem o curso para haver uma avaliação mais precisa dos resultados.

A Tabela 6 apresenta a evolução do número de bolsas oferecidas pela FURG, por outros órgãos de fomento à pesquisa, bem como as utilizadas pelos bolsistas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*:

Tabela 6 – Bolsas Concedidas em Cursos *Stricto Sensu*, em 2009 e 2010

PERÍODO	CONCEDIDAS	UTILIZADAS	OUTRAS BOLSAS
2009	322	306	24
2010	419	402	67

Fonte: Dados da pesquisa

As bolsas tiveram um considerável aumento, evidenciando a política do governo federal em investir no desenvolvimento de pesquisas, fomentando assim a busca pelo conhecimento científico.

A Tabela 7 demonstra a evolução dos projetos de iniciação científica da FURG.

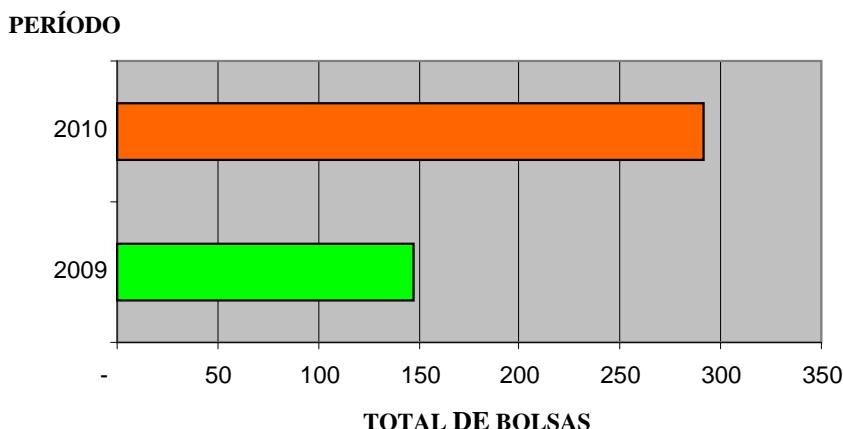
Tabela 7 – Evolução Projetos de Iniciação Científica FURG, em 2009 e 2010

PERÍODO	INSCRITOS	APROVADOS
2009	181	147
2010	400	259

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à evolução dos projetos de iniciação científica, houve um crescimento, porém o resultado obtido na comparação entre os projetos inscritos e os projetos aprovados, não acompanhou o crescimento demonstrado por essa instituição. Prova disso é que, no ano de 2009, 81,20% foram aprovados, e, em 2010, apenas 64,75% foram considerados aptos. Por outro lado, o número de projetos inscritos teve um crescimento superior a 100%, de um período para o outro. Mesmo que, em termos percentuais, tenha havido uma redução, em números relativos, houve um crescimento das bolsas aprovadas. A Figura 2 demonstra a evolução do oferecimento de bolsas de iniciação científica na FURG.

Figura 2 – Bolsa a Iniciação Cientifica

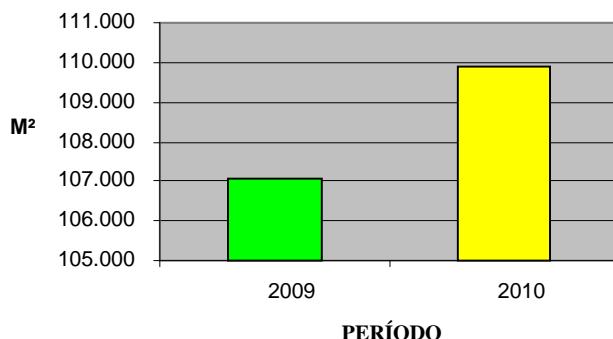


Fonte: Dados da pesquisa

As Bolsas de Iniciação oferecidas, em 2009, totalizaram 147. Já no ano seguinte, esse número passou para 291 bolsas. Com isso, observou-se um aumento de 2009 para 2010 de 97,96%, quase dobrando o número de bolsas de iniciação científica oferecidas na FURG. Isso demonstra uma possível preocupação por parte do governo federal em executar um crescimento homogêneo dentro das universidades, não apenas em estrutura física, mas também com a construção do conhecimento dos estudantes.

A Figura 3 mostra a evolução da área construída nas instalações físicas da FURG. A área construída da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em 2009, foi de 107.090 m²; em 2010 passou para 109.890 m². Portanto, na evolução da área construída da FURG, não houve um aumento considerável. O que se observa são inúmeras construções ainda em andamento ou em processo de licitação. A parte da estrutura física torna-se muito importante para que o crescimento da instituição e deve acompanhar a evolução dos demais indicadores.

Figura 3 – Evolução da Área Construída FURG



Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 8 traz dados relativos ao Núcleo de Informação de Documentação – NID da FURG.

Tabela 8 – Evolução Núcleo de Informação de Documentação – NID

PERÍODO	LIVROS		ACERVO DISPONIVEL	
	EMPRESTIMOS	CONSULTAS	LIVROS TITULOS	LIVROS EXEMPLARES
2009	268.546	50.172	54.396	119.174
2010	386.510	50.396	50.313	120.550

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 8, verifica-se um aumento considerável nos empréstimos de livros de 2009 para 2010 na ordem de 43,92%, mas, em relação ao acervo disponível de livros, ocorreu uma queda de 8,11%. Já os exemplares oferecidos pela biblioteca tiveram um pequeno acréscimo de 1,15%. Infere-se, com base nessas informações, que o NID está tendo um aumento na sua movimentação em decorrência de novas vagas ofertadas pelo Reuni e também pelos novos cursos oferecidos pela Universidade, mas não está tendo um suporte em sua logística para acompanhar a demanda de alunos.

A Tabela 9 mostra a evolução do quadro funcional da FURG.

Tabela 9 – Corpo Funcional da FURG, em 2009 e 2010

PERÍODO	DOCENTES	TECNICOS ADMINISTRATIVOS	TERCEIRIZADOS
2009	544	600	237
2010	647	661	364

Fonte: Dados da pesquisa

O corpo funcional da FURG, no ano de 2009, foi composto por 1.381 funcionários, e, no ano seguinte, ocorreu um aumento no quadro total de funcionários de 21,07%. O número de servidores, nesse período, obteve um aumento de 14,33% e pode-se constatar que houve um acréscimo significativo de terceirizados, de 2009 para 2010, de 53,59%. Isso demonstra que a Universidade continua se expandindo, mas, em relação ao seu corpo funcional efetivo, não está havendo um acompanhamento proporcional.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a aplicabilidade do Balanço Social em Instituição de Ensino Superior, desenvolvido a partir de uma estrutura originada no modelo do IBASE, no período de 2009 a 2010, evidenciando os principais resultados. A proposta deste trabalho foi contribuir com a sugestão da utilização do BS por IES públicas para evidenciar diversas informações de aspecto social, corporativo e institucional. Dessa forma, foi possível evidenciar informações a respeito dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como a evolução no número de vagas ofertadas, bolsas de estudos, projetos de pesquisas, produção acadêmica, dentre outros.

Nesse sentido, o BS pode ser o demonstrativo mais indicado para evidenciar informações sobre os investimentos realizados nos vários programas desenvolvidos pelas IES, como as destacados por Serra Negra, Teixeira e Carmo (2001): assistência educativa e cultural à comunidade, treinamento profissional, educação continuada aos empregados, incentivo à arte e à cultura, prestação de serviços à comunidade em geral, desenvolvimento de pesquisa de interesse social, dentre outros.

Estudos anteriores propuseram um modelo de BS para entidades específicas, como a Marinha do Brasil (CORREA; CARVALHO; ALVES, 2009) e o Setor Público Municipal (FREY; MARCUZZO; OLIVEIRA, 2008) partindo do modelo IBASE e adaptando às necessidades peculiares de cada instituição. Semelhantemente, nesta pesquisa foi elaborado o BS da FURG, também partindo do modelo IBASE e adaptando às atividades específicas desenvolvidas em Instituição de Ensino Superior. Os dados utilizados para a elaboração do BS da FURG foram extraídos, em sua grande parte, do seu Relatório de Gestão, mas é importante salientar que esse relatório não é padronizado e, por isso, algumas informações não foram obtidas, o que impossibilitou a realização de certas comparações neste estudo. A partir do BS construído, foi possível verificar que a FURG está num processo de expansão em decorrência dos investimentos feitos pelo governo federal na educação em nível superior nos últimos anos, oriundos do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. O desenvolvimento da Universidade é evidente, considerando-se o aumento dos recursos recebidos, despesas do período, novas vagas oferecidas, novos cursos, mão de obra terceirizada utilizada e projetos inscritos na iniciação científica. Contudo, existem aspectos que devem ser analisados e observados com muita atenção para que não haja um crescimento desordenado dessa instituição. Nesse sentido, Serra Negra, Teixeira e Carmo (2001) concluíram, em seu estudo, que o BS não pode ser visto como um instrumento de análise somente de âmbito social, mas é preciso reconhecê-lo como um potencial otimizador de decisões financeiras, servindo também como um relatório gerencial.

Em relação às políticas ambientais, com base nos relatórios de gestão, verificou-se a inexistência de algum programa nessa área. Cabe ressaltar que o aumento da estrutura física da Instituição nos remete a pensar na questão da ocupação das áreas para construção de novos prédios no *campus*, o que necessita de um plano ambiental que busque minimizar possíveis danos à natureza. Uma forma de essa instituição começar a participar do processo de preservação do meio ambiente onde ela está inserida seria a adesão ao Programa A3P idealizado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O aumento da utilização da mão de obra terceirizada evidencia uma lacuna no quadro de servidores efetivos, o que pode ser reflexo da carência de novos concursos públicos, da

aposentadoria dos atuais servidores, da extinção de alguns cargos e do incremento dos investimentos no ensino de terceiro grau, que reflete a necessidade de uma quantidade maior de pessoas nessas instituições.

Por fim, este estudo propôs a elaboração do Balanço Social para a Universidade Federal do Rio Grande (FURG). As informações obtidas por meio deste demonstrativo evidenciou não apenas questões relacionadas com receitas e despesas, mas com um conjunto de dados quantitativos e qualitativos demonstrando que, para uma análise mais acurada de suas ações e controle de recursos, é necessário, cada vez mais, uma comunicação entre todas as áreas do conhecimento. Corroborando essa ideia, Ceratta et al. (2009) realizaram uma pesquisa no intuito de identificar possíveis relações entre os indicadores sociais externos e a performance financeira das empresas e identificaram relações positivas estatisticamente significativas entre essas variáveis.

Nesse sentido, o Balanço Social demonstrou que a Universidade Federal do Rio Grande está se expandindo, e que algumas necessidades acessórias no momento não estão no nível desejado, como a ampliação do quadro de servidores de maneira proporcional ao crescimento. Com isso, a presente pesquisa buscou contribuir para o entendimento desse importante instrumento de evidenciação social e ambiental, bem como provocar a discussão sobre o tema, no tocante à sua padronização e utilização por instituições de ensino superior, considerando-se a conclusão de Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) de que o BS é uma alternativa viável de informação à sociedade, cuja relação custo *versus* benefício é amplamente favorável.

Destaca-se como limitação da presente pesquisa a fonte de dados utilizada (relatório de gestão) que, por falta de padronização, impediu a comparação de alguns itens. Sugere-se para pesquisas futuras uma abordagem comparativa entre os BS das IFES que estão integradas ao projeto REUNI a fim de verificar os reflexos desse plano de reestruturação no quadro social, corporativo e ambiental das instituições.

Referências

- ANDRADE, Marcelo Aureliano Monteiro de; GOSLING, Marlusa; XAVIER, Wescléy Silva. Por trás do discurso socialmente responsável da siderurgia mineira. **Revista Produção**. São Paulo, v. 20, n.3, p.418-428, jul./set. 2010.
- ARAGÃO, Joana Paula Avelino da Silva. **O Balanço Social Como Condição Necessária ao Crescimento Sustentável das Empresas**. Fortaleza, 2010. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Lourenço Filho, Fortaleza, 2010.
- AZEVEDO, Tânia Cristina; CRUZ, Cláudia Ferreira da. Balanço Social como Instrumento para Demonstrar a Responsabilidade Social das Entidades: uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação. In: CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 53., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** CRCRJ, 2006. CD-ROM.
- BALDO, Roberta. A Empresa cidadã frente ao Balanço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais...** INTERCOM, 2002. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/responsabilidadesocial/0161.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000.** Cria o certificado Responsabilidade Social - RS - para empresas estabelecidas no âmbito do estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/resp_social/legislacao/id2078.htm>. Acesso em: 13/10/2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 10/10/2012.

BUFONI, André Luiz; MUNIZ, Natiara Penalva; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. O Processo de Certificação Socioambiental das Empresas: o Estudo de Caso do Certificado ‘Empresa Cidadã’. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, Ed. Especial, p. 19-38, 2009.

CALLENBACH, E. et al. **Gerenciamento Ecológico – Eco-Manangement – Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.

CAVALCANTI, Daniel da Silva. **Gestão da Responsabilidade Social de Empresas Ao Entorno de Comunidade:** o caso complexo de Maré/RJ. Rio de Janeiro, 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de pós-graduação em Gestão e Estratégia em Negócios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

CERETTA, Paulo Sérgio. Desempenho financeiro e a questão dos investimentos socioambientais. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 72-84, set./dez. 2009.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL – CRC RS. **Demonstração da Responsabilidade Social.** Porto Alegre: CRCRS, 2009.

CORREA, Paulo André de Barros; CARVALHO, Frederico Antônio Azevedo de; ALVES, Francisco José dos Santos. Gestão da responsabilidade social na Marinha do Brasil: uma proposta de balanço social a partir da Versão do IBASE. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 3, n. 3, p. 43-70, jul./set. 2009.

CRISCUOLO, Vincenzo. Evolução do Balanço Social na Administração Pública Italiana. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/pae/index.php/pca/article/view/32/47>>. Acesso em: 13 out. 2011.

ELORRIAGA, Aitziber Mugarra. Responsabilidad y Balance Social hoy en día: un reto para las cooperativas. **CIRIEC - Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa.** Espanha, n. 39, p. 1-16, 2001.

FERREIRA, Danúbia Leite; BRITO, Leide Adriana da Silva; LUCENA, Wenner Gláucio Lopes. Um perfil dos artigos sobre balanço social publicado nos anais do congresso USP Controladoria e Contabilidade, de 2001 a 2006. **TEMA - Revista Eletrônica de Ciências**, v. 9, n. 13/14, p. 1-15, 2010.

- FREY, Márcia Rosane; MARCUZZO, Juliana Luísa; OLIVEIRA, Carine de. O Balanço Social como Ferramenta de Transparência para o Setor Público Municipal. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 75-92, jun. 2008.
- GUERRERO, Doris Emilia; SANDOVAL, Jorge Humberto. *La responsabilidad social como generadora de valor empresarial: hacia la construcción de um modelo de balance social para las MIPYMES*. **Revista U.D.C.A Act. & Div. Cient**, v. 14 n. 2, p. 177-186, 2011.
- IBASE**. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=24>>. Acesso em: 08/04/2007.
- IZQUIERDO, Ricardo J. Server; GRANÁNA, Inmaculada Villalonga. La Responsabilidad Social Corporativa (RSC) y sugerencia integrada. **CIRIEC, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**. Espanha, n. 53, p.137-161, nov. 2005.
- KREITLON, Maria Priscilla. A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade: Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. In: ENCONTRO DA ANPAD, 28., 2004, Curitiba. Anais... ANPAD, 2004.
- MARTINS, Caroline Miriã Fontes; BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis; MADEIRA, Geová José. Origem e Evolução do Balanço Social no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 105-116, 2002.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MAZZIONI, Sady; TINOCO, João Eduardo Prudêncio; OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Informações evidenciadas no Balanço Social: As percepções dos gestores de forma comparada com a literatura. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 7, p. 61-80, jan./jun. 2007.
- MAZZIONI, Sady; TINOCO, João Eduardo Prudêncio; OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Proposta de um modelo de balanço social para fundações universitárias. **BASE: Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. São Leopoldo, v. 4. n. 3, p. 274-285, set./dez. 2007.
- MEDEIROS JUNIOR, Geraldo José. **Universidade e Responsabilidade Social**. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTAO UNIVERSITARIA NA AMERICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. Anais... INPEAU, 2004. Disponível em: <www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/default>. Acesso em: 13 out. de 2011.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Cartilha A3P. 5. Ed., 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>>. Acesso em: 23 dez. 2011.
- OLIVEIRA, Tatiana Gabriela Bonzini. **O Terceiro Setor e a Importância do Balanço Social**. Florianópolis, 2004. 61 f. Monografia (Especialização em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- ORZ, Manuel Palencia-Lefler. Comunicación corporativa: Memoria Anual versus Balance Social. **Zer**, v. 13, n. 24, p. 363-384, 2008.
- PASSADOR, Cláudia Souza. A responsabilidade social no Brasil : uma questão em andamento. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD, 7., 2002, Lisboa. Anais... CLAD, 2002.

- PEIXE, Blênio César Severo; BECKER, Simone de Souza. Um estudo comparativo: balanços sociais das prefeituras das cidades de São José-Santa Catarina e de Florianópolis-Santa Catarina. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 2, n. 3, p.109-144, 2005.
- PIRES, Elizângela Gerssi. Balanço Social: Um instrumento de Transparência da Nova Gestão Pública. In: CONGRESSO UFSC DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 3., 2009, Florianópolis. **Anais...** UFSC, 2009. CD-ROM.
- RIBAS BONET, Maria Antonia. El balance social como instrumento para la evaluación de la acción social en las entidades no lucrativas. **CIRIEC, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, Espanha, n. 39, p. 115-147, 2001.
- SERRA NEGRA, Carlos Alberto; TEIXEIRA, Fabricia Souza; CARMO, Rosemeyre Francisca do. O Balanço Social na Gestão das Instituições de Ensino Superior. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 9-34, dez. 2001.
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia pesquisa aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2001.
- SILVA, Tathian e Lima da; OLIVEIRA, Marcelle Colares; ARAÚJO, Osório Cavalcante; BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. Etapas e dificuldades de elaboração do Balanço Social de organizações não governamentais: um estudo de caso. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC**, v. 5, n. 1, art. 1, p. 1-20, jan./abr. 2011.
- SOARES, Sandro Vieira; MEIRELLES NETO, José; SOUSA, Gustavo Rugoni de; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Balanço Social: Um estudo de caso de uma empresa do ramo de energia elétrica. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 5., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** UFF, 2009. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg5/anais/T8_0164_0832.pdf>. Acesso em: 13 out. 2011.
- SPEAR, Roger. El balance social en la Economía Social. Enfoques y problemática. **CIRIEC, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, Espanha, n. 39, p. 9-24, 2001.
- SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial:** a gestão da reputação. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG.** Disponível em: <<http://www.furg.br>>. Acesso em: 13 out. 2011.
- VASCONCELOS, Yumara Lúcia; VIANA, Aurelina Laurentina. Evidenciação: forma e qualidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 31, n. 134, p. 21-29, mar./abr. 2002.